

Do "cruzadinho" ao confisco do boi

Entre o jogo de bridge e o tiroteio

ENTRE a reunião de Carajás e o discurso do presidente Sarney no dia 23 de julho de 1986 anunciando o Cruzadinho — instituição dos empréstimos compulsórios para gasolina, automóveis e viagens internacionais — passaram-se dois meses. Os empréstimos seriam de 40%. Sarney achou muito e mandou baixar e assim a previsão de receita, originalmente de 150 bilhões de cruzados, caiu para algo em torno de 40 bilhões de cruzados.

Já eram notórios os desencontros entre a equipe econômica e o expurgo dos compulsórios do índice de inflação do IBGE acabou virando uma comédia. Edmar Bacha, presidente do IBGE, foi consultado sobre o expurgo. Sua primeira resposta foi de que era possível. Depois concluiu que os compulsórios influiriam na taxa de inflação. Bacha foi a Brasília negociar a crise. João Manoel Cardoso de Mello, assessor de Funaro, estava possesso. Não admitia conversa:

— O que é que a freirinha do IBGE vem fazer aqui? Ele tem que expurgar e pronto. Ou a gente fecha aquela merda de IBGE. Isso aqui não é jogo de bridge, é um tiroteio na zona.

No dia mesmo em que as medidas do Cruzadinho eram divulgadas, 24 de julho de 86, as diversas vertentes da equipe econômica contabilizavam o que não havia sido feito. O pessoal do Banco Central, aparentemente, tinha mais o que lamentar. Arida, Lara Resende e Luis Carlos Mendonça de Barros haviam perdido as seguintes batalhas: não saíra a reforma fiscal que estabelecesse uma política de efetivo controle do déficit; não saíra a reforma bancária, para controle dos bancos oficiais; não saíra redução de gastos públicos; não tinha sido feito uma única demissão no setor público, "nem ao menos se tomou alguma providência para localizar todo o funcionalismo", reclamava Lara Resende. Não se pensara ainda nas regras de descongelamento, nem se desarmara ou regulamentara o gatilho salarial.

— Não tem jeito. Eu agora vou mesmo puxar a taxa de juros — André Lara Resende comunicou a seus colegas de diretoria do Banco Central e ao ministro Dílson Funaro.

Este último comunicado foi feito em jantar na casa do próprio ministro, em julho mesmo, quando Funaro reuniu Lara Resende e o "pessoal de Campinas" (Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello, oriundos da Universidade de Campinas) para um debate sobre taxa de juros.

Foi um debate desgastante, porque sem nenhuma possibilidade de conclusão. O "pessoal de Campinas" e também Funaro, na sua visão de empresário, entendiam os juros como custo financeiro, inflacionário portanto. Lara Resende,

da PUC do Rio de Janeiro, encarava os juros do ponto de vista macroeconômico, e não micro. E afirmava: "Ou há uma política fiscal — de controle da demanda e do déficit — ou a taxa de juros tem que ser alta". Juros altos fazem diminuir a atividade econômica.

Como, nas circunstâncias, parecia claro que o governo, em ano eleitoral, continuaria expandindo seus gastos, ampliando seu déficit, e pressionando a demanda, e como a inflação já era de novo obviamente ascendente, Lara Resende comunicou, querendo encerrar o assunto:

— Eu não vou baixar os juros. Eu vou subir a taxa.

A conversa tornou-se áspera. Funaro ainda quis discutir, mas Lara Resende achava que não adiantava mais:

— Eu é que entendo de política monetária. Não vocês. Eu é que tenho de fazê-la, como diretor da Dívida Pública.

O jantar terminou aí. Não houve mais nenhum debate sobre a taxa de juros. André Lara Resende, que, até aquele momento vinha puxando a taxa de juros mais ou menos escondido — elevava um pouco, segurava, depois subia de novo, mais forte, nas sexta-feiras ou vésperas de feriado, para disfarçar — passou a operar abertamente.

Mas além da questão dos juros, a Fazenda tinha outro motivo para não gostar da situação. Funaro reclamava de Sayad "medidas duras" de corte nos gastos do governo e cobrava a reforma administrativa. Sayad argumentava que sempre se podia cortar carros dos funcionários, limitar viagens ao exterior e que essas medidas certamente teriam impacto sobre a opinião pública. Mas nenhum impacto efetivo, em termos macroeconômicos, sobre o déficit público. Este, dizia, resultava basicamente do caroço da dívida, a começar da externa.

E por falar nisso, Sayad aproveitava para reclamar de Funaro uma posição mais forte na negociação da dívida externa. A rigor, até aqui não aconteceu nada, argumentava Sayad. Quanto à reforma administrativa, era fácil a resposta, embora inexplicável: o decreto de reforma, completo, preparado pelo Planejamento para entrar no Cruzadinho, havia literalmente desaparecido no Palácio do Planalto.

De qualquer modo, esse conflito em torno dos gastos públicos explodiu em agosto, quando Sayad concluiu o projeto de orçamento da União para 1987. Apresentou um orçamento realista, mostrando o déficit do tamanho que efetivamente era.

Dílson Funaro reagiu escandalizado. Não podia de jeito nenhum. Sarney apoiou Funaro, e então iniciou-se uma revisão do orçamento, que era, na verdade, uma tentativa de maquiar o déficit.

Como isso foi feito? Retirando-se das despesas os juros que o governo deveria pagar e substituindo investimentos — até um ponto em que Sayad reclamou. Estavam sendo cortados exatamente os recursos que financiavam o tal Plano de Metas.

Agora era Sayad quem reagia escandalizado. Ele havia-se recusado a fazer o Plano de Metas porque, dizia, não havia

recursos e as pressões eram para cortar gastos. Foi convencido de que precisava de Plano de Metas. Inventou-se, no Planejamento, o empréstimo compulsório para financiar o Plano e inventou-se o próprio Plano. Agora, para não fazer um orçamento feio, com o déficit real, cortavam-se de novo os recursos previstos para as Metas. O orçamento foi para o Congresso, saiu aprovado e não vale mais nada. É uma peça de ficção.

Além desse motivo, o Planejamento tinha outra queixa. O sistema de preços e abastecimento, sob controle da Fazenda, obviamente não funcionava, protestava Sayad.

O assunto surgia todas as manhãs, nas reuniões do presidente Sarney com Sayad, Funaro, Marco Maciel, Ivan de Souza Mendes e Rubem Bayma Dennys, o pessoal da Casá. Abastecimento: Sayad e o general Ivan toda vez traziam reclamações de que faltavam produtos e havia cobrança generalizada de ágios.

Funaro respondia a todas as queixas com notícias otimistas. Importações estariam chegando, acertos estariam sendo feitos com os empresários. Houve momentos exemplares: em outubro, Funaro chegou atrasado a uma festa em sua própria casa, na qual se reuniam o presidente e vários ministros, e anunciou, solene:

— Senhores, tenho uma ótima notícia. Hoje, o Pão de Açúcar não conseguiu vender todas as carnes que tinha. Está resolvido o problema.

Foi longamente aplaudido.

E a crise da carne estava no auge.

Os economistas sabiam que o problema era econômico e administrativo e nunca seria resolvido com intervenções ou confiscos.

Em setembro, começou a deteriorar-se o setor externo. As reservas cambiais, de repente, caíram muito rapidamente, mas Dílson Funaro demorou a transmitir a informação ao presidente Sarney.

Deu azar. O presidente acabou sendo alertado pelo seu assessor especial, embaixador Rubens Ricúpero, um homem que conhece a teia do governo na palma da mão. Os segredos do governo nunca duram muito, mas Ricúpero sempre sabe antes dos outros.

Chegou-lhe a notícia da queda das reservas, ele avisou o presidente, que pediu explicações ao ministro da Fazenda. Funaro, talvez acreditando que o problema fosse passageiro, ainda tentava minimizar a dificuldade. Somente no final de outubro, a dramaticidade do quadro ficou nítida. Sarney deu uma única instrução: as reservas não poderiam bairar de 5 bilhões de dólares.

Baixaram.

Com mais essa, em outubro, o governo firmou opinião: precisava de mais um pacote. O congelamento fazia água, mas era ponto de honra. O abastecimento estava um desastre. O consumo não diminuía. O déficit público continuava aumentando. A demanda estava aquecida. A inflação — a oficial — continuava com sinais ascendentes. E para completar o setor externo estava quebrando.

Tinha de fazer alguma coisa. Mas não antes de 15 de novembro, dia das eleições.